



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário 1000396-26.2017.5.02.0052

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 14/03/2017

Valor da causa: R\$ 41.901,91

Partes:

RECLAMANTE: BENVINDO FERNANDES DA SILVA

ADVOGADO: DAMARIS SILVEIRA FERNANDEZ DIAS

RECLAMADO: AUTO POSTO DELLA ROSA LTDA

RECLAMADO: RICARDO JOSE CORA

RECLAMADO: RUI CORA NETO

ADVOGADO: ANA CLAUDIA SIMOES

ADVOGADO: MARIA DE LOURDES DOS SANTOS PEREIRA

TERCEIRO INTERESSADO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL

ADVOGADO: LUIZ FERNANDO BASTOS DE MELO

ADVOGADO: RAFAEL PORDEUS COSTA LIMA NETO

TERCEIRO INTERESSADO: RUI CORA

TERCEIRO INTERESSADO: SANDOVAL ARCURIO DOS REIS

TERCEIRO INTERESSADO: JULIA SOARES CORA

TERCEIRO INTERESSADO: NAIR ATOLINI



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
CENTRO DE APOIO AOS LEILÕES JUDICIAIS UNIFICADOS
1000396-26.2017.5.02.0052
: BENVINDO FERNANDES DA SILVA
: AUTO POSTO DELLA ROSA LTDA E OUTROS (2)

Edital de Leilão Judicial Unificado

52ª Vara do Trabalho de São Paulo/SP

Processo nº 1000396-26.2017.5.02.0052

O Juiz do Trabalho do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, FAZ SABER, a quantos o presente virem ou dele tiverem conhecimento, que no dia 21/08/2025, às 10:32 horas, através do portal do leiloeiro Flavia Cardoso Soares - www.fvleiloes.com.br serão levados a leilão judicial e arrematação os bens penhorados na execução dos autos supramencionados entre as partes: BENVINDO FERNANDES DA SILVA, CPF: 013.687.848-28, exequente, e AUTO POSTO DELLA ROSA LTDA, CNPJ: 43.558.725/0001-02; RICARDO JOSE CORA, CPF: 255.539.578-42; RUI CORA NETO, CPF: 324.327.598-93, executados, conforme laudo de avaliação constante dos autos, e que são os seguintes BENS:

FRAÇÃO IDEAL de propriedade de Rui Corá Neto, equivalente a 33,33% do imóvel MATRÍCULA nº 249.626 do 9º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo/SP. CONTRIBUINTE nº 114.190.0057-7 da Prefeitura Municipal de São Paulo/SP. DESCRIÇÃO: um TERRENO situado à Rua Doutor Paulo Frontim, lote 3 da quadra B-1, designado no projeto de desdobro como Lote A, da Vila Campanella, no Distrito de Itaquera, medindo 10,00m de frente, e igual metragem nos fundos; por 50,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, com a área de 500,00m², confrontando pelo lado direito de quem da rua olha para o imóvel, com o lote 4 designado no projeto de desdobro como Lote B, onde foi construído o prédio nº 379; pelo lado esquerdo com o prédio nº 355-Fundos; e, nos fundos com parte do prédio nº 64 da Rua Manuel Ribas, e suas respectivas BENFEITORIAS. Conforme certificado pelo Oficial de Justiça (id. 203266c), no local há um GALPÃO. OBSERVAÇÕES: 1) Imóvel objeto de PENHORA, INDISPONIBILIDADE e HIPOTECA JUDICIAL em outros processos; 2) Conforme despacho do Juízo da Execução (id.06fcb9d): "...Para fins de designação de hasta pública, fixo o lance mínimo de 70% do valor de avaliação do imóvel penhorado. Por sua vez, anoto que eventuais débitos condominiais ficarão a cargo do arrematante. Por outro lado, o arrematante adquire o bem livre de quaisquer ônus tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, através de leilão judicial, estejam ou não inscritos na dívida ativa, nos termos do artigo

110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho...". Imóvel avaliado, em sua totalidade, em R\$ 3.250.000,00. FRAÇÃO IDEAL AVALIADA em R\$ 1.083.333,33 (um milhão e oitenta e três mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Local dos bens: Rua Paulo de Frontin, nº 365, Vila Campanela, São Paulo/SP.

Total da avaliação: R\$ 1.083.333,33 (um milhão e oitenta e três mil e trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

Lance mínimo do leilão: 70% da avaliação.

Leiloeiro Oficial: Flavia Cardoso Soares

Comissão do Leiloeiro: 5%.

O leilão judicial será realizado exclusivamente na modalidade eletrônica.

O exercício do direito de preferência deverá ser requerido junto ao leiloeiro, por e-mail: juridico@fvleiloes.com.br, com a antecedência de 48 horas ao leilão.

O arrematante, que não seja exequente no processo, pagará, no ato do acerto de contas do leilão judicial, uma primeira parcela na ordem de 20% (vinte por cento), do valor do lance como sinal e garantia, mais a integralidade dos 5% (cinco por cento) da comissão do leiloeiro, calculados sobre o valor da arrematação. A primeira parcela será recolhida através de boleto bancário, à disposição do Juízo da execução, perante o Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, conforme a hipótese. Já a comissão do leiloeiro será paga diretamente a ele mediante recibo a ser anexado ao processo de execução. A segunda parcela do valor do lance, na ordem de 80% (oitenta por cento), será satisfeita, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o leilão judicial, diretamente na Agência Bancária autorizada, mediante guia boleto emitido por ocasião do leilão. Por ato voluntário, o arrematante poderá efetuar o pagamento do sinal em percentual superior a 20%, bem como poderá depositar 100% do valor de arrematação.

O arrematante interessado em adquirir o bem no leilão judicial em prestações, deverá ofertar lance diretamente no sítio do leiloeiro, com esta opção, atendendo às seguintes condições:

a) O lance ofertado para pagamento à vista sempre prevalecerá sobre os lances ofertados para pagamento parcelado de mesmo valor;

b) O lance ofertado para pagamento parcelado em menor número de parcelas prevalecerá sobre os demais lances parcelados de mesmo valor;

c) Oferta de sinal de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do valor do lance à vista e o saldo restante, parcelado em até 30 (trinta) meses. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por outro que venha a substituí-lo.

d) Não serão aceitos parcelamentos com parcelas inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais).

e) O parcelamento será garantido por hipoteca sobre o próprio bem, quando se tratar de imóveis e por caução idônea, quando se tratar de bens móveis, caução esta condicionada à aceitação pelo Juiz Presidente dos Leilões Judiciais.

f) Não sendo aceita a caução idônea pelo juiz, ou no caso da sua não apresentação ao Leiloeiro no prazo de 24 horas ao ato, a forma de pagamento do saldo remanescente automaticamente será alterada para "À VISTA", nesse caso, o arrematante declara desde já ciência da condição estabelecida, se comprometendo a efetuar o pagamento na forma acima determinada, sob pena de aplicação das penalidades administrativas.

f) No caso de atraso no pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas.

g) O inadimplemento autoriza o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos da execução em que se deu a arrematação.

Compete apenas ao interessado no(s) bem(ns), eventual pesquisa de débito junto aos diversos órgãos.

Após apregoados todos os lotes, os bens que não forem objeto de arrematação serão apregoados novamente na mesma data, no repasse ao final do leilão, podendo os lotes ser desmembrados, salvo disposição em contrário constante do edital, mantendo-se o mesmo percentual de lance mínimo praticado no primeiro pregão.

Visitação dos bens: as 8:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, todo e qualquer interessado, acompanhado do leiloeiro oficial ou

de quem este indicar por escrito, deverá ter acesso aos bens referidos neste edital, sob pena de imediata remoção ou imissão na posse, conforme a hipótese, assumindo o leiloeiro oficial o compromisso de depositário fiel.

Esta publicação supre a necessidade de intimação direta às partes. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, é passado o presente EDITAL, que será publicado no Diário de Justiça Eletrônico Nacional - DJEN.

SAO PAULO/SP, 08 de abril de 2025.

MAURICIO TOMAZ DE OLIVEIRA
Servidor



Documento assinado eletronicamente por MAURICIO TOMAZ DE OLIVEIRA, em 08/04/2025, às 14:17:33 - c3b2c4d
<https://pje.trt2.jus.br/pjekz/validacao/25040814172373000000395354898?instancia=1>
Número do processo: 1000396-26.2017.5.02.0052
Número do documento: 25040814172373000000395354898